A TEOLOGIA PÚBLICA E A QUESTÃO

DA CIDADANIA E DA VIOLÊNCIA

CONTRA A MULHER*

Carolina Bezerra de Souza**

Resumo: entendendo que a teologia pública se estabelece em diálogo com a sociedade, a academia e com base no contexto, em busca da cidadania e do bem comum, este trabalho busca trazer a categoria de gênero como ferramenta de reflexão teológica autocrítica no Brasil. Para tanto, utiliza essa categoria, comum na teologia feminista e no meio acadêmico, para discutir a questão da cidadania feminina em relação à desigualdade e violência contra a mulher e à religião. Procura refletir a formação de teologia pública que fomente relações de gênero justas e a prevenção da discriminação e violência

Palavras-chave: Teologia pública. Gênero. Violência contra a mulher.

**INTRODUÇÃO: TEOLOGIA PÚBLICA, CIDADANIA E VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER**

Falando em teologia pública é necessário considerar que

há o nível público com o qual a teologia pública mais imediatamente percebe-se envolvida; há adimensão dos conteúdos identificados no discurso público das ciências e da sociedade, [...]; e, finalmente, há o nível da vinculação como que muitas vezes é afirmado ser o “próprio” da teologia pública: a disciplina teológica, a tradição religiosa, a história dessa tradição, etc [...] [E]nquanto contribuição característica da tradição latino-americana de teologia, aquela dimensão muitas vezes esquecida, que só recentemente teve seu valor refletidamente reconhecido em

* Recebido em: 05.06.2013. Aprovado em: 16.07.2013.

** Mestranda em Ciências da Religião pela PUC Goiás. Bolsista Fapeg. E-mail: carolbsouza@gmail.com

teologias como a da libertação, a feminista, a negra e a intercultural: adimensão do mundo da vida (JACOBSEN, 2011, p. 107-8).

É nesse sentido que queremos tratar a teologia pública, compreendendo que a teologia latino-americana lhe dá uma herança de engajamento contextual. Isso implica na inclusão de categorias oriundas das teologias da libertação e feministas como sofrimento, experiência, corpo, cultura, vida e cotidiano. Coloca-se, então, como tarefa da teologia pública resistir, orientar e trabalhar para reparar desenvolvimentos injustos. Por isso, Rudolf von Sinner (s/d), entendendo a relevância do problema da cidadania para o contexto brasileiro, propõe, como teologia pública, uma teologia da cidadania. Nesse sentido, a teologia pública se expande em relação às teologias da libertação e feminista, pois atua em defesa da pessoa e não apenas do pobre, negro ou da mulher.

Cidadania é um fenômeno complexo, em que algumas dimensões podem estar presentes, enquanto outras não¹. A cidadania plena seria, de acordo com Carvalho (2008, p. 8-11), a combinação entre liberdade, participação e igualdade para todos e é comumente desdobrada em direitos civis (vida, liberdade, propriedade e igualdade), políticos (participação no governo da sociedade) e sociais (educação, trabalho, saúde, salário, aposentadoria, segurança). O cidadão pleno seria aquele que gozasse dessas três esferas de direito. No entanto, esse conceito pode ser expandido, além do exercício de direitos e deveres, para incluir a atuação, a formação e o aumento da participação dos cidadãos na vida social e política como sujeitos da história (SINNER, s/d, p. 7-8).

Se qualquer tipo de apequenamento ou de negação da humanidade sofrido por uma pessoa constitui uma violação dos direitos humanos (RICHTER REIMER; MATOS, 2011, p. 75-6), a violência contra a mulher constitui-se em negação de direitos humanos, portanto, da plena cidadania às mulheres. A violência contra a mulher é presente na sociedade brasileira em todos os níveis sociais e culturais, faixas etárias, etnias. Ela é, então, um fator de risco social que atinge amplamente a sociedade, pois contribui para aumento das doenças físicas e psicológicas, apresentando elevado custo econômico aos governos e ainda diminui a capacidade produtiva das vítimas fragilizadas física e psicologicamente.

A história da teologia cristã ocidental contribui para a violência ao colocar a mulher como um ser inferior, pecaminoso e construir estereótipos de maternidade, santidade e submissão, nos quais é difícil se encaixar. Diante disso, a teologia pública, em busca da cidadania, precisa rever tais posições doutrinárias e conceitualizações teológicas para empreender um discurso de igualdade. Uma forma de trabalhar isso é fazer uso da categoria de gênero.

GÊNERO COMO CATEGORIA PARA REFLEXÃO TEOLÓGICA

Gênero é um assunto ou uma categoria, hoje, já amplamente utilizada nos movimentos de mulheres e vem ganhando cada dia espaço nas universidades brasileiras. Scott (1995/2012, p. 86) define gênero a partir da conexão entre duas proposições: 1) “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e 2) “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. A primeira proposição implica, assim, em quatro elementos inter-relacionados: símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas; conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos; a concepção de política, instituições e organização social e, finalmente, a identidade subjetiva. Para a autora,

as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o significado e [...] a diferença sexual é uma forma primária de dar significado à diferenciação. O gênero então fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana (SCOTT, 1995, p. 89).

Feminismo é o conjunto dos movimentos de mulheres que procuram se libertar da pré-dominância, jurídica e econômica, e da tutela psíquica e ideológica de homens impostas por outros e causadas por elas mesmas (WACKER, 2008, p. 40). O gênero tornou-se categoria analítica chave na análise feminista. É um fator de classificação que impõe à identidade sexual biológica um significado social, psicológico, cultural, religioso e político. Por isso, como categoria de análise, questiona e desmascara as origens socioculturais das diferenças entre mulheres e homens².

A aplicação de tais princípios dentro do estudo da Bíblia é exegese feminista. A exegese feminista se encontra na intersecção entre o feminismo e a interpretação científica, histórica e literária da Bíblia. Assim, as tradicionais abordagens metodológicas e interpretativas de textos bíblicos demonstraram que

ainda não conseguem alcançar a profundidade de mecanismos de opressão que principalmente mulheres e crianças, escravas ou não, enquanto minoria qualitativa, sofriram em seu contexto histórico-social. A categoria de gênero, instrumental de análise interdisciplinar, ajudou a perceber e a enfatizar o caráter social das distinções construídas a partir das diferenças biológico-sexuais (RICHTER REIMER, 2010, p. 45).

São categorias básicas da exegese feminista: patriarcado, androcentrismo e sexismo. O androcentrismo refere-se a conceituações, ideias, estruturas de pensamento

e expressões culturais de sociedades patriarcais que se apresentam centradas no homem (WACKER, 2008, p. 50-2), que “é o sujeito explícito de” ações e decisões. Os demais seres humanos são invisibilizados por meio de tal concepção de mundo e de linguagem (RICHTER REIMER, 2005, p. 19). O androcentrismo não se limita a construir e manter diferenças sexuais dualistas, mas determina a relação de poder entre os sexos pela explicação linguístico-ideológica do mundo (SCHÜSSLER FIORENZA, 2009, p. 132-3). Ele se torna em sexismo quando forma uma base ideológica para exclusão das mulheres de possibilidades de atuação e pelo simples fato de serem mulheres (WACKER, 2008, p. 50-2).

Se o androcentrismo explica o mundo, o patriarcado constrói relações estruturais e institucionais de dominação. É um conceito desenvolvido para “identificar e desafiar as estruturas sociais e ideológicas que permitiram aos homens dominar e explorar [mulheres] ao longo de toda a história registrada” (SCHÜSSLER FIORENZA, 2009, p. 132-3). Segundo Wacker (2008, p. 50-2), patriarcado é o conjunto de todas as forças que se opõe à perspectiva e a ação das mulheres para se realizarem em plena humanidade. Historicamente, patriarcado é um termo legal, refere-se ao domínio concreto do *pater-familias* sobre a sua casa, corresponde a um componente econômico, mas também uma realidade social. O termo designa o domínio dos pais, cujos efeitos são dependência, jurídica, política e econômica de mulheres crianças e pessoas não-livres. Esse sistema se torna mais complexo, pois é vinculado com dinâmicas de dominação quiriarcal (do patriarca senhor, derivado do termo grego *kyrios*) e determina “todos os níveis de subordinação na casa, na sociedade, no Estado e nas instituições religiosas” (RICHTER REIMER, 2005, p. 19).

Um princípio hermenêutico feminista fundamental é a suspeita: suspeita-se de “afirmações eclesiásticas e político sociais que afirmam a subordinação e inferioridade de mulheres e outras pessoas marginalizadas” (RICHTER REIMER, 2005, p. 18). Investigando as origens, a literatura e sociedade, percebe-se as estruturas de dominação e pergunta-se necessariamente pelas dinâmicas e construções das relações de poder (RICHTER REIMER, 2005, p. 31). No processo interpretativo, é importante perguntar como o poder é exercido e também quais são as experiências e resistências que o discurso tenta invisibilizar ou normatizar. A desconstrução dos discursos e da história oficial por meio de linhas subterrâneas é uma aproximação à história daqueles que não corroboravam com a eclesiologia oficial e exclusivista e resistiam e a perspectiva de circulação de poder³ evidencia a resistência às estruturas patriarcais e dominantes. Sendo assim, uma das primeiras tarefas da hermenêutica feminista é desconstruir textos que se impõem como leis de exclusão e desumanização, através de regras comunitárias, patriarcais e excludentes, considerando as reações étnicas, de classe, culturais, geracionais

em toda sua complexidade. A partir do próprio discurso patriarcal, é possível resgatar elementos de resistência e outras possibilidades de exercer poder (STRÖHER, 2004). Então, a hermenêutica feminista “se configura por movimentos de des-re-construir são proposições que carregam provisoriiedades e ambiguidades” (STRÖHER, 2004, p. 111).

A epistemologia feminista propõe uma desconstrução do que tomamos por verdade, incluindo os estereótipos de gênero e de identidade sexual, a normatividade heterossexista, os preconceitos de raça e etnia, os condicionamentos sócio-econômicos estipulados pela classe social dominante e os limites dogmático-doutrinários das diferentes religiões. Em suma, todas as verdades absolutas, tidas como normativas, ou simplesmente do senso comum, passam por escrutínio (DEIFELT, 2011, p. 4). Com base nessas ideias, percebe-se que a literatura bíblica pode ser considerada androcêntrica. Os textos bíblicos são, até hoje, orientadores da vida social e religiosa de comunidades cristãs e definem valores e relações, principalmente, a partir do paradigma colocado pela figura de Jesus. Seus mitos e imagens apresentam uma visão da estrutura básica da realidade e um protótipo de comportamento, por isso, teólogas e teólogos feministas devem buscar novas imagens e mitos e “analisar e desmistificar os mitos da sociedade sexista e da religião patriarcal” (SCHÜSSLER FIORENZA, 1995, p. 85). Para tal,

devemos permanecer conscientes de que os novos mitos que ora evoluem e as imagens da teologia feminista necessariamente compartilham de pressuposições culturais e dos estereótipos de nossa tradição e sociedade sexistas nas quais foram socializadas tanto as mulheres como os homens. A condição prévia e absoluta dos novos mitos e imagens cristãs libertadores não é apenas a modificação da consciência individual, mas também das estruturas sociais, eclesiais e teológicas. Todavia, ao mesmo tempo, as teólogas feministas devem procurar novas imagens e mitos que possam encarnar nossa visão das mulheres cristãs e funcionar como protótipos a ser imitados. Uma tal (sic!) pesquisa não deveria singularizar e tornar absoluta uma imagem e um mito e sim apresentar uma variedade de imagens e histórias, que deveriam ser, ao mesmo tempo, críticas e libertadoras (SCHÜSSLER FIORENZA, 1995, p. 89).

Uma proposta da hermenêutica feminista é, portanto, reinterpretar a tradição bíblico-teológica, provocando a reflexão de nova mentalidade e posturas. Dessa forma, pretende resgatar a dignidade da mulher a partir dos textos bíblicos (BERGESCH, 2008, p. 120-22). A categoria de gênero pode, então, ajudar a teologia pública a se perguntar sobre o que conhecemos e como esse conhecimento, no caso, teológico, é construído, utilizado e a quem ele está servindo, para revisá-lo a partir do contexto e aplicá-lo. E, para isso, precisa analisar, além dos textos bíblicos, também

a realidade do contexto atual e um dado importante relacionado ao gênero é a questão da violência contra a mulher.

BREVE REFLEXÃO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, RELIGIÃO E O PAPEL DA TEOLOGIA PÚBLICA

A violência faz parte de uma cultura machista-patriarcal, muitas vezes legitimada por instituições religiosas. Especificamente, a violência contra a mulher surge na relação de gênero desigual, hierarquizada e naturalizada que confere ao homem um estatuto de mandatário e à mulher o papel de submissa e obediente.

As relações de gênero são um constructo sociocultural que ajudaram a sedimentar nossas identidades masculina e feminina. Essa construção de identidade pessoal e social é forjada num procedimento de dinâmicas de relações de poder dentro de estruturas sistêmicas patri-quiriarcais de subordinação, nas quais as instituições e os meios de comunicação atuam como fator substancial para manutenção de status quo, persistindo em formas sutilmente diferenciadas até hoje (RICHTER REIMER, 2010, p. 45).

Na perspectiva de Foucault (2012), o poder é entendido como uma rede capilar que circula por toda a sociedade como parte constitutiva do tecido social, em múltiplos lugares e modalidades. Ele estaria, então, em toda parte e provém de todos os lugares, logo, deve ser compreendido como uma multiplicidade de correlações de forças, e resistências, e é, portanto, dinâmico e circulante. Seu exercício tem objetivos, mas não é resultante da escolha de um sujeito, e sim como conjunto de redes. O saber, então, é uma forma de exercer e estabelecer estratégias de poder. Assim, não é o caso de entender que as mulheres sejam destituídas de poder, este é exercido, por exemplo, na resistência.

Em relação à violência contra a mulher, o método foucaultiano, permite apreciar que, muitas vezes, na disputa pelo poder, a violência se faz presente com um meio de alcançar um fim. Mas a violência não está caracterizada como demonstração de poder e sim de dominação (BERGESCH, 2002, s/p).

Portanto, uma violência contra a mulher não é um ato isolado, mas permitido culturalmente pela sociedade que, por convicção ou negligência, silenciosamente permite que espaços, públicos e privados, de violência, seja física, psicológica ou simbólica, sejam criados.

Os papéis de gênero, aprendidos transgeracionalmente, aprisionam tanto homens quanto mulheres em modelos enferrujados e deterministas. Assim,

quando um homem, partindo destes pressupostos, legitima o seu ato violento, está também retransmitindo um imenso entrecruzar de discursos patriarcais e normalizadores que pertencem à própria história da masculinidade, e das relações de gênero como um todo (WINCK; STREY, 2008, p. 116).

Para a naturalização da violência, a religião tem papel fundamental, pois é uma das principais esferas para a construção e manutenção de paradigmas de valores e comportamentos. No caso do Cristianismo, o discurso mantém valores tradicionais de relação de gênero que escondem a dominação masculina (OLIVEIRA, 2011). Na religião cristã, visões sexistas dos textos bíblicos originaram uma história interpretativa que compôs uma série de arquétipos usados para moldar as identidades de gênero e definir os papéis sociais. Há também restrições que colocam a mulher em segundo plano em relação aos homens. Interpretações do mito da criação, por exemplo, alimentam o imaginário coletivo com vários discursos que, quando objetivados, subjagam a mulher: ela foi criada em segundo lugar, não a partir do sopro divino, mas da matéria do homem, para ser sua auxiliar. Além disso, ela foi desobediente às duas figuras masculinizadas (Deus e o homem) permitindo a entrada do pecado no mundo, sua punição é também submissão. Por outro lado, Maria de Nazaré assume um papel diferente, teologias cristãs a veem como uma mulher de características maternas e angelicais, exaltando sua submissão e a opção pela castidade, alimentando um imaginário de que a mulher boa tem essas características.

No imaginário cristão, Deus é presente como uma figura masculina, e muitas vezes violenta, que faz dos homens seres ligados ao divino enquanto a mulher fica de lado na relação como divino. A teologia cristã reforça imagens de Deus como pai, senhor, guerreiro, poderoso, rei, cheio de autoridade, em detrimento de outras como a imagem da sabedoria, que traz mais características femininas, ou mais acolhedoras como amigo ou perdoador.

Dessa forma, o ideário cristão corrobora com a violência contra a mulher ao colocá-la como auxiliar submissa e fomentar um imaginário em que ela é ao mesmo tempo santa, na maternidade, e pecaminosa, que conduz os homens ao pecado, reforçando a ideia de que não existe mulher boa e, assim, legitimando atitudes masculinas de violência como disciplina e naturalizando a dominação.

Somem-se a isso, ideias que levam ao silenciamento sobre a violência doméstica e a manutenção da relação violenta. Primeiro, o fato de se considerar o lar como um ambiente sagrado que deve ser preservado. Segundo, o entendimento que, diante do sofrimento de Jesus na cruz, todo sofrimento humano é diminuído e deve ser suportado, especialmente no caso das mulheres, como consequência do pecado.

Através de leituras bíblicas, pode-se perceber que a violência doméstica ocorre desde a Antiguidade, pois narrativas do Primeiro Testamento contam histórias de violência, como em Jz 19 e 2Sm 13, e no Segundo Testamento há os códigos domésticos (Cl 3, Ef 5 e 1Pe 2) que colocam as mulheres em posição de submissão e de não produção ou participação de conhecimento (RICHTER REIMER e MATOS, 2011, p. 73).

No entanto, o que se nota-se também um grande silêncio dos textos bíblicos com relação à mulher, que evidencia sua produção e seleção em ambientes androcêntricos e patriarcais. Eles refletem relações sociais, estruturas de poder e fortes conflitos ideológicos de seus ambientes originários. Em particular, os textos do Segundo Testamento foram criados dentro de uma dinâmica de tensões entre dominação romana, resistência judaica e, dentro disso, dois sistemas patriarcais: judeu e romano. Essas tensões espalhavam-se nos diversos níveis humanos: social, político, religioso, familiar (RICHTER REIMER, 2005, p. 69-70).

A caracterização dos papéis femininos, no Judaísmo e Cristianismo, foi feita a partir de registros documentais que carregam uma ideologia androcêntrica e patriarcal. Portanto, a difamação ou glorificação de mulheres em tais textos precisa ser entendida como construção social da realidade em termos patriarcais. Acrescente-se que, em geral, os cânones formais patriarcais são codificados de forma mais restritiva que a relação real entre homens e mulheres. Assim, o *status* real das mulheres é determinado, não por princípios ideológicos e prescritivos, mas pelo grau de autonomia econômica e papéis sociais que exercem (SCHÜSSLER FIORENZA, 1992, p. 134-39). Por isso, é importante entender que há outros registros⁴ onde as mulheres eram consideradas iguais aos homens. Com isso, importa perceber, no meio da dinâmica patriarcal, a existência de mulheres e grupos que se buscavam outras maneiras de viver e se relacionar, em oposição à dominação patriarcal vigente.

Jesus é apresentado nos evangelhos como uma pessoa cuja prática de relacionamento recupera a identidade daqueles ao seu redor, livrando-os de situações de opressão, seja social, religiosa, econômica ou física através de ensinamentos, curas e exorcismos. Ele estabelece um novo modelo relacional. Dentro do movimento de Jesus é possível perceber relações de gênero que estão em conflito com o modelo patriarcal. Muitos textos do Novo Testamento mostram que mulheres do movimento poderiam ser ditas independentes e curadas, assumindo diversos papéis de liderança, embora muitas traduções e a história interpretativa imputem a elas as funções domésticas (SCHOTTROFF, 1995, p. 24).

Considerando o combate a violência contra a mulher, é importante perceber qual a valorização que esses textos dão aos grupos sociais e relações de gênero,

para assim recolher material que possa ajudar na reorientação das condutas relacionais a partir de uma perspectiva mais justa.

No Brasil, a violência é uma realidade que atravessa todo tipo de escala social. A pesquisa “O que a sociedade pensa sobre a violência contra as mulheres” (SANEMATSU, 2004) já apontava que a violência contra a mulher é uma questão central na opinião dos entrevistados, sendo a violência doméstica ainda mais citada, em especial nas regiões norte e centro-oeste. Além disso, a pesquisa “Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil em 2011” (SITTA, 2011) aponta que a maior parte da população reconhece que a violência doméstica inclui tanto a violência física como a psicológica (como agressão verbal, xingamentos, ameaças, humilhação e outros), sendo ainda citadas a violência moral (calúnia, difamação e injúria) e sexual. Essa mesma pesquisa mostra que os dois principais fatores reconhecidos como causa dessa violência são o machismo (46%) e problemas com bebida alcoólica (31%), sendo o terceiro fator a falta de autoestima da mulher (6%).

A pesquisa revela ainda dois dados interessantes. O primeiro diz respeito às recomendações que mulheres dariam a quem sofre agressão, deveriam buscar ajuda principalmente em: delegacias da mulher (78%), delegacias de polícia (46%), conversas com amigos e familiares (44%), igreja (23%), psicólogo (23%), ONGs especializadas (22%), serviços do governo (19%), advogados (19%). O segundo se refere à descrença da população na proteção jurídica e policial nos casos de violência doméstica: 59% das mulheres entrevistadas e 54% do total de entrevistados não confiam nesse tipo de proteção.

Com esses dados aparentemente contraditórios, pode-se concluir a importância conferida pela população às igrejas, amigos e familiares para a prevenção da violência e ajuda em casos de violência contra a mulher. Essas igrejas, muitas vezes único refúgio das vítimas, assim como seus amigos e familiares precisam estar preparadas para acolhê-las e ampará-las também com um discurso que as empodere e não um discurso que as culpabilize. A teologia pública se faz instrumento fundamental para a construção de tais discursos, que surgem do diálogo academia, sociedade e religião cristã.

CONCLUSÃO

Utilizando a categoria de gênero, a teologia pública pode desenvolver uma consciência crítica acerca do discurso sedimentado e também do próprio discurso com relação aos papéis de gênero. Essa é uma habilidade central para mobilizar rumo a um processo de transformação e desenvolvimento, buscando a conscientização individual, social ou política a respeito de mentalidades

e ações que adotamos e reproduzimos, de forma a alcançar plena cidadania para todas as pessoas.

PUBLIC THEOLOGY AND THE QUESTION OF CITIZENSHIP AND VIOLENCE AGAINST WOMEN

Abstract: understanding that public theology established itself in a dialog with society, academy and grounded in its context, seeking for citizenship and common good, this work seeks to bring gender category as a tool to self-critical theological reflection in Brazil. For that, it uses this category, of common use in feminist theology and in the academy, to discuss the question of feminine citizenship in relation to inequality and violence against women and religion. It seeks to reflect about public theology formation that promote fair gender relations and the prevention of discriminations and violence.

Keywords: *Public theology. Gender. Violence against women.*

Notas

- 1 Visto, por exemplo, que o exercício da liberdade de pensamento e de voto não gera necessariamente o exercício de outros direitos, como emprego, saúde, educação, segurança, que dependem da solução de problemas sociais.
- 2 Maiores detalhes ver Schüssler Fiorenza (2009, p. 130s).
- 3 A esse respeito ver Foucault (1988 e 2012).
- 4 Como a biografia heroica de Judite ou o caso da colônia judia de Elefantina. Há registros de mulheres chefes de sinagogas, dirigentes, anciãs e até sacerdotisas. Ver Schüssler Fiorenza (1992, p. 285).

Referências

- BERGESCH, Karen. Poder y violencia a partir de la óptica de la mujer. *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana*, n.º. 41, Quito: RECU, 2002. Disponível em: <<http://www.claiweb.org/ribla/ribla41/poder%20y%20violencia.html>>. Acesso em 02 jul. 2012.
- _____. Falas de violência e o imaginário religioso. In: NEUENFELDT, Elaine; BERGESCH, Karen; PARLOW, Mara (Orgs.). *Epistemologia, violência e sexualidade*. São Leopoldo: Sínodal/EST, 2008. p. 115-128.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- DEIFELT, Wanda. Interculturalidade, negociação de saberes e educação teológica: contribuições da teologia feminista. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, RS, v.24, p.2-9, jan-abr. 2011.
- FIORENZA, Elisabeth Schüssler. *Caminhos de Sabedoria: uma introdução à interpretação*

- bíblica feminista. Tradução de Mônica Ottermann. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2009.
- _____. Discipulado de iguais: uma ekklesia-logia feminista crítica de libertação. Tradução de Yolanda Steidel Toledo. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica. Tradução de João Rezende da Costa. São Paulo: Paulinas, 1992.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade, Vol I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. Microfísica do poder. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela C. (Orgs.). Violências e Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- JACOBSEN, Eneida. A teologia ancorada no mundo da vida e dialogicamente situada na esfera pública: uma contribuição ao debate contemporâneo sobre teologia pública. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2011.
- OLIVEIRA, Sandra Célia G. S. S. de. Direitos Humanos e o papel da mulher na sociedade brasileira. In: RICHTER REIMER, Ivoni (Org.). Direitos Humanos: enfoques bíblicos, teológicos e filosóficos. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p.155-168.
- RICHTER REIMER, Ivoni; MATOS, Keila. Silencioso desespero: violência e silêncio contra a mulher. In: RICHTER REIMER, Ivoni (Org.). Direitos Humanos: enfoques bíblicos, teológicos e filosóficos. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p. 73-90.
- _____. Para memória delas! Textos e interpretações na (re)construção de cristianismos originários. Estudos Teológicos, São Leopoldo, v. 50, n. 1, p. 41-53, 2010.
- _____. Grava-me como selo sobre teu coração: teologia bíblica feminista. São Paulo: Paulinas, 2005.
- SANEMATSU, Marisa (Coord.). O que a sociedade pensa sobre a violência contra as mulheres. Pesquisa IBOPE – Instituto Patrícia Galvão. São Paulo: s.n., 2004. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/pesq_ibope_2004.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2012.
- SANTOS, Jeová Rodrigues dos. Religião e violência contra a mulher: diferentes olhares. In: RICHTER REIMER, Ivoni (Org.). Direitos Humanos: enfoques bíblicos, teológicos e filosóficos. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: PUC, 2011. p. 91-104.
- SCHOTTROFF, Luise. Mulheres no Novo Testamento: exegese numa perspectiva feminista. Tradução de Ivoni Richter Reimer. São Paulo: Paulinas, 1995.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988. p. 28-50.). Disponível em: <http://archive.org/download/scott_gender/scott_gender.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2012.
- SINNER, Rudolf von. Da teologia da Libertação para uma teologia da cidadania como teologia pública. Tradução de Luís Carlos Sonder. s/d. Disponível em <<http://www.wftl.org/pdf/018.pdf>>. Acesso em: 20 abril 2013.

SITTA, Ana Carolina et. al. (Coord.). Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil 2011: Pesquisa Instituto Avon/IPSOS. s.l.: s.n, 2011. Disponível em:<http://www.institutoavon.org.br/wp-content/themes/institutoavon/pdf/iavon_0109_pesq_portuga_vd2010_03_vl_bx.pdf>. Acesso em 02 fev. 2012.

STRÖHER, Marga J. Corpos, poderes e saberes nas primeiras comunidades cristãs: uma aproximação a partir das “Cartas Pastorais”. In: STRÖHER, Marga J.; DEIFELT, Wanda ; MUSKOPF, André S. (Orgs.). À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade. São Leopoldo: Sinodal; CEBI, 2004. p. 105-136.

WACKER, Marie-Theres. Fundamentações históricas, hermenêuticas e metodológicas. In: SCHOTTROFF, Luise; SCHROER, Sílvia; WACKER, Marie-Theres (Orgs.). Exegese feminista: resultados de pesquisas bíblicas na perspectiva de mulheres. Tradução de Monika Ottermann. São Leopoldo: Sinodal/EST; São Paulo: ASTE, 2008. p. 11-79.

WINCK, Gustavo Espíndola; STREY, Marlene Neves. “A voz mais alta, mas na hora certa”: a naturalização da violência de gênero enquanto recurso legitimado ao homem. Revista Ártemis, João Pessoa, vol. 9, p. 113 133, 2008.